



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3080 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
JULHO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Rui Galveias

É músico, coordenador do CENA-STE e conversou com *A Voz do Operário* sobre o setor da cultura. Marcado pela precariedade, milhares de trabalhadores andam à deriva depois de vários anos de abandono pelo Estado. A pandemia veio agravar a situação e os protestos voltaram às ruas. **págs. 8 e 9**



TELETRABALHO

Os riscos de trabalhar a partir de casa

O teletrabalho entrou em força na vida de milhões de pessoas assim como a discussão sobre as vantagens e desvantagens deste regime. O governo quer milhares de trabalhadores em casa após a pandemia e são mui-

tas as estruturas sindicais que alertam para os perigos. Do aumento das despesas em casa ao fim das fronteiras entre o lar e o trabalho, o debate está lançado. **págs. 6 e 7**



Cem anos da voz que nos habita

Amália da Piedade Rebordão Rodrigues nasceu em Lisboa a 1 de julho de 1920. Celebra-se o centenário da poderosa voz que transfigurou o fado num canto que conseguiu revelar ao mundo as fundas raízes da nossa singularidade cultural. Mas para além da voz, Amália também escreveu. O escritor Domingos Lobo discorre sobre a obra de uma cantora que também foi poeta. **pág. 12**



Impunidade fiscal do grande capital

O economista Tiago Cunha defende que os detentores do grande capital e os principais beneficiários da distribuição dos dividendos gozam de privilégios que são inaceitáveis do ponto de vista financeiro, inaceitáveis no plano social e economicamente insustentáveis. Apresenta vários exemplos e considera que a tributação dos rendimentos de capital não pode continuar a ser adiada. **pág. 13**



A VOZ DO OPERÁRIO Envelhecer em tempos de pandemia

Rita Governo, psicóloga e responsável pela Ação Social na instituição, analisa as contradições do processo de envelhecimento no contexto da crise sanitária. **pág. 3**



A covidização do capitalismo

É possível que a atual pandemia seja o gatilho para as grandes mudanças que há décadas vinham sendo travadas. Um estudo da Universidade de Chicago concluiu que 42% de todos os lay-offs motivados pela pandemia da covid-19 resultarão em perdas permanentes de postos de trabalho. Se conduzidas pelos que hoje detêm o poder político, o mundo ficará mais desigual. **pág. 14**

Medidas para reduzir o impacto da pandemia na vida dos trabalhadores e no país

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Após três meses de pandemia, para além das nefastas consequências em termos de saúde pública, são igualmente muito graves os seus efeitos económicos, nas vidas dos trabalhadores, na população e no país.

Mais de um milhão de trabalhadores viram os seus rendimentos reduzidos e perto de cem mil perderam o emprego, a maioria com vínculos precários.

Muitos micro e pequenos empresários, trabalhadores a recibo verde e outros por contra própria, viram os seus rendimentos drasticamente reduzidos.

Entre a população, emerge com toda a crueza a desigualdade, flagelo que encontrou nesta crise um terreno fértil para aumentar, tendo sido claramente insuficientes as medidas tomadas a nível oficial. De facto os portugueses não estão todos no mesmo barco. Os trabalhadores são de longe os mais afetados, com realce para os de vínculos precários, os primeiros atingidos pela perda de emprego e de rendimentos, vendo-se atirados para níveis de privação alarmantes.

É neste quadro que o Governo apresentou o Programa de Estabilização Económica e Social e o Orçamento do Estado Suplementar, que seria de esperar dessem resposta aos problemas dos trabalhadores, nomeadamente a quebra dos salários e a perda de emprego.

Sem prejuízo de algumas melhorias, que de forma muito insuficiente vêm ao encontro de propostas e reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente as que se prendem com o reforço financeiro de serviços públicos, com a redução da perda de salário na medida sucedânea do lay-off, com alguma pequena diferenciação no acesso das empresas a esta medida, os instrumentos agora apresentados pelo Governo apresentam medidas muito limitadas, ficando claramente aquém do necessário para mitigar os efeitos nefastos em quem depende do seu trabalho, ao mesmo tempo que mantém o desequilíbrio a favor das grandes empresas.

A proposta de Orçamento Suplementar que agora irá ser debatida na especialidade, terá de avançar na possibilidade de ultrapassar e mesmo inverter muitas das orientações vertidas na proposta do Governo, onde não constam sequer algu-

mas das medidas positivas assumidas no Programa de Estabilização Económica e Social, quando a prioridade seria defender salários e rendimentos dos trabalhadores e pensionistas, salvaguardar a atividade de milhares de micro, pequenas e médias empresas e reforçar os serviços públicos, designadamente o Serviço Nacional de Saúde.

A resposta à situação atual, exige que o Orçamento Suplementar consagre: a proibição dos despedimentos (incluindo a reintegração de todos os que perderam o posto de trabalho) e a garantia de que os salários serão pagos na íntegra a todos os trabalhadores; um apoio extraordinário de proteção social a trabalhadores sem acesso a outros mecanismos; um suplemento remuneratório para os trabalhadores chamados a desempenhar funções essenciais, designadamente no SNS; a prorrogação e renovação das várias prestações sociais até ao final do ano cujo prazo de vigência terminaria entretanto, designadamente do subsídio de desemprego; o reforço e valorização do SNS, cuja importância ficou bem demonstrada na resposta à pandemia, revelando-se o principal fator de segurança para o povo português, com o acréscimo do número de profissionais, incluindo a integração definitiva dos trabalhadores que foram contratados no âmbito do combate à pandemia, o alargamento da capacidade de camas, bem como a constituição de uma reserva estratégica de medicamentos e dispositivos médicos; o apoio extraordinário às micro, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual com um valor determinado em função das quebras de rendimento verificadas; impedir que empresas cuja atividade seja desenvolvida em Portugal mas que têm as suas sedes fiscais em paraísos fiscais obtenham apoios públicos; suspensão temporária da compensação e reposição de equilíbrio financeiro às concessões rodoviárias em parcerias público-privadas, impedindo que seja apenas o Estado a suportar os impactos da redução de tráfego que se verificou.

São medidas que a serem contempladas, não só reforçarão as condições dos trabalhadores e do povo para ultrapassarem a atual crise nas suas diferentes vertentes, como constituirão um suporte determinante para o desenvolvimento económico e social do nosso país.

EDITORIAL

Governo ao lado dos mais fortes

Na abordagem à crise, o governo de António Costa tem optado por uma abordagem de classe. Do ponto de vista económico, apostou no apoio direto aos grandes grupos económicos e financeiros deixando boa parte dos trabalhadores sem um terço do salário e muitos outros à mercê do desemprego. Em momento algum optou por proibir a cessação de contratos durante o período da pandemia e não tem qualquer pudor em apoiar empresas que fogem ao fisco em Portugal pagando impostos noutros países. Para o Novo Banco caem milhões com os portugueses a sustentarem, uma vez mais, a dívida desta instituição financeira e para a final da Liga dos Campeões, que o primeiro-ministro disse ser um presente para os profissionais de saúde, há até isenção fiscal.

Para os trabalhadores que, como sempre, estão na linha da frente, não há novidades. Não há investimento suficiente na fiscalização das condições sanitárias dentro das empresas e durante meses a infernal viagem de casa para o trabalho ficou marcada pela redução de transportes numa política absolutamente criminosa e irresponsável que enlatou milhares de pessoas enquanto se exigia distanciamento físico. As novas medidas de restrição nos arredores de Lisboa, em zonas onde vivem aqueles que nunca deixaram de sair de casa para trabalhar, mostram que há um eixo comum marcado pela exploração, desigualdade, precariedade laboral e gentrificação.

Nesta vertigem da crise que nos impõem, são muitos os que lutam. Durante uma semana, milhares de trabalhadores, mobilizados pela CGTP-IN, protestaram contra esta realidade numa demonstração de que a dignidade no nosso país não se vende. Cumprindo as normas sanitárias, deram voz à justa indignação de quem vê o governo alinhado com os patrões num contexto tão grave como este.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Bruno Amaral de Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



APOIO SOCIAL

Envelhecer em tempos de pandemia



Atividades do centro de convívio d'A Voz do Operário

Rita Governo, psicóloga, responsável pelo dept. de Ação Social d'A Voz do Operário

Processo de envelhecimento: uma construção social

Compreender o envelhecimento na época que atravessamos implica, antes de mais, perceber que envelhecer não é igual para todos, não é igual em todos os cantos do mundo, menos ainda em cada tempo histórico. Mesmo que passem os mesmos 70 anos.

Mais do que compreendermos que o envelhecimento diz respeito à passagem do tempo sobre os nossos órgãos biológicos, ele diz respeito, antes de mais, àquilo que são as nossas crenças, a nossa linguagem acerca do que é ser velho, e também, por outro lado, àquilo que são as condições de vida que temos disponíveis para envelhecer – seja o tamanho da pensão, o acesso a uma alimentação saudável, a cuidados de saúde física e mental ou, tão importante nesta altura, até mesmo ao desenvolvimento tecnológico.

Se é muito fácil compreender que nos desenvolvemos desde que nascemos até à idade adulta, a partir de então a crença que prevalece é a de que estagnamos. É como se, chegados ao ponto de produtividade máxima, a vida apenas decaísse. Nada disto é verdade, é o que nos diz a ciência mas também os exemplos que vamos conhecendo em redor. O papel cívico e político dos milhares que diariamente lutam por uma velhice mais digna, que se assumem enquanto rede essencial de suporte familiar, ou que dão corpo a parte tão significativa do nosso movimento associativo, é isso que nos mostra: nós desenvolvemo-nos do primeiro ao último dia de vida, nós somos agentes ativos na nossa vida do primeiro ao

último dia. Se as condições do contexto em que vivemos influenciam o nosso desenvolvimento e o nosso envelhecimento, nós também influenciamos essas mesmas condições. Esse é o papel que não podemos deixar que nos anulem nunca. Tenhamos 20, 50 ou 80 anos.

Mais velhos, mais diferentes

E se nos desenvolvemos do primeiro ao último dia de vida, há outra noção que é muito importante que tenhamos: quanto mais tempo passa, mais diferentes nos tornamos. Não é possível catalogar pessoas qualquer que seja a condição. As crianças não são todas iguais, as mulheres não são todas iguais e os mais velhos também não. Com ou sem COVID-19, cada um desfrui das suas características, necessidades e capacidades.

A população idosa com a qual intervém A Voz do Operário é dessa diferença exemplo. Desde aqueles que recebem as suas refeições a partir do Refeitório Social, devido às pensões que não cobrem tantas vezes a renda da habitação; aos que frequentam o Centro de Convívio, no qual promovem as suas relações sociais e o seu desenvolvimento diariamente; passando pelos que integram o Serviço de Apoio Domiciliário, no qual o auxílio prestado pode assumir diversas formas... todos são diferentes. A própria diferença entre estas respostas sociais já nos faz perceber a variedade de pessoas que, coincidentes na faixa etária, estabelecem uma relação com a Voz do Operário que é sempre única.

Da unicidade à autodeterminação

O tempo atual avivou preconceitos e, acima de tudo, parece ter trazido – ainda mais – o direito a decidir pelos mais velhos. Estávamos no início de Abril quando a Pre-

sidente da Comissão Europeia defendeu o isolamento da população idosa até ao final do ano, ideia prontamente subscrita pelo nosso Governo.

A velhice é automaticamente equiparada a vulnerabilidade e dependência e, ignorando-se a heterogeneidade de todos os que já completaram 65 anos, a ordem é de clausura. Para estes milhares de homens e mulheres é como se não existisse capacidade de escolha, de tomada de decisões, autonomia e autodeterminação.

Este impedimento de acesso ao mundo exterior não deixa de ser irónico. Mandamos isolar toda a nossa população idosa enquanto continuamos a deixar à mercê da vontade das instituições locais e da disponibilidade da Segurança Social se esta se encontra abrangida, ou não, por um Serviço de Apoio Domiciliário que lhe permita, no mínimo, continuar a alimentar-se. Mandamos isolar toda a nossa população idosa quando o Serviço Nacional de Saúde garante dois psicólogos e meio por cada 100 mil habitantes. Anular a vida de alguém parece fácil quando ninguém parece muito preocupado sobre os efeitos que já se vêm sentindo e menos ainda com aqueles que nos aguardam no futuro.

A face paternalista do idadismo

A definição da COVID-19 como “um problema dos idosos” resultou em medidas mais restritas para esta população um pouco por todo o mundo. O isolamento social e as suas consequências para a saúde física e mental – ansiedade, depressão, doença cardíaca, entre mais – que já se faziam sentir antes da pandemia vieram, assim, exacerbar-se. Por detrás de um objetivo protetor, estas medidas resultaram em discursos condescendentes que vêm retratando os mais velhos como “os mais vulneráveis” da sociedade.

Esta equiparação da velhice a vulnerabilidade e dependência resulta em danos significativos naquilo que são as perceções e crenças acerca do próprio processo de envelhecimento, referidas inicialmente, acentuando o fosso entre as diferentes gerações. A comunicação separatória de “nós, jovens vs. eles, velhos” divide a sociedade e tem um impacto negativo na relação entre todos os seus membros. A este facto, junta-se o uso generalizado do termo “distanciamento social”, quando este não deveria ser mais do que físico. Para nossa segurança, o contato físico deve ser mínimo, no entanto, o contato social deve ser até fortalecido.

Durante a pandemia os discursos negativos e de desvalorização dos mais velhos têm complicado a vivência desta população, contribuindo para sentimentos de inutilidade e onerosidade. Estes fatores, aliados às atuais restrições sociais, afetam a saúde e bem-estar dos idosos, uma vez que uma perceção negativa acerca do envelhecimento conduz a um maior risco de desenvolvimento de problemas de saúde física e mental.

Com ou sem pandemia, os direitos da pessoa idosa não podem ser comprometidos e os direitos humanos não podem ser diferencialmente garantidos com base na idade cronológica.

MARCHAS POPULARES

Crianças evocam marcha infantil



Crianças d'A Voz do Operário marcharam entre portas

Dezenas de crianças d'A Voz do Operário desfilaram dentro do histórico edifício na Graça numa evocação da histórica Marcha Infantil que este ano não pôde levar a alegria de um dia que não vem no calendário às ruas de Lisboa. Cumprindo com todos os cuidados, a iniciativa decorreu com segurança dentro das instalações.

A pandemia do novo coronavírus e as restrições impostas pelas autoridades de saúde impediram a realização, este ano, das Festas de Lisboa e das tradicionais marchas populares na Avenida da Liberdade. Este ano, a Marcha Infantil d'A Voz do Operário participaria pelo 33.ª vez nas marchas populares. O histórico desfile das meninas e dos meninos organizado

pela instituição faz já parte cardápio anual na Avenida da Liberdade e foi obrigado, como tantas outras marchas, a adiar a sua participação para quando a alegria voltar às ruas de Lisboa.

A Marcha Infantil d'A Voz do Operário é uma realização única, de forte caráter coletivo, que espelha na sua organização e construção a identidade da instituição que a acolhe. Todo o trabalho envolvido é voluntário: figurinista, costura, construção dos arcos, criação de melodias e letras, coreografia. Também por isso, esta simbólica homenagem das meninas e meninos d'A Voz do Operário foi bem recebida pela comunidade.

ASSEMBLEIA GERAL

Relatório e Contas aprovados

Os sócios d'A Voz do Operário participaram na Assembleia-Geral Ordinária de 25 de junho onde discutiram e aprovaram o relatório e contas correspondente ao ano de 2019 da instituição que em 31 de Dezembro de 2019, a Voz do Operário contava 5235 sócios ativos.

O documento salienta o reforço da oferta educativa abrangendo as valências de creche, creche-familiar, pré-escolar, 1.º ciclo e 2.º ciclo, com o aumento do número de inscrições, ficando o conjunto dos equipamentos com um número de frequências a aproximar-se de 1200.

Para além da Marcha Infantil, entre as muitas atividades realizadas no ano passado, o documento aprovado recorda a homenagem a Carlos Alberto Vidal, no âmbito dos 136 anos da instituição, o começo das comemorações dos 140 anos do jornal e a 3.ª Gala da Voz do Operário.

Do ponto de vista económico e financeiro, o relatório e contas destaca que A Voz do Operário atingiu um volume de proveitos superior a 5,1 milhões de euros, superando em 52 mil euros o ano anterior. O resultado também foi melhor do que o registado no ano anterior, embora ainda negativo no montante de 48 mil euros, "por força do acréscimo de custos, designadamente com os trabalhadores, com mais 149 mil euros do que em 2018".

Dado o seu caráter social, os serviços prestados pela instituição estão fortemente dependentes da contribuição das entidades oficiais, registando-se uma redução do seu peso relativo, ascendendo em 2019 a 45% do total de proveitos.

O documento aprovado recorda ainda a candidatura apresentada ao PARES, para a construção de novas instalações para a creche e pré-escolar no equipamento educativo da Graça.

No âmbito do jornal, sublinha-se o lançamento do site que permite fazer chegar mais longe as notícias da mais antiga publicação operária portuguesa em circulação.

INSTITUCIONAL



ESCOLAS



Ilustração de Xavier da Silva Cardoso

COVID, do meu ponto de vista

Através da escrita comunicamos, expressamos o que vemos, o que sentimos e o que pensamos.

Xavier Cardoso, 10 anos, aluno da turma 4ª A d'A Voz do Operário da Graça, aproveitou este tempo de confinamento para ler e identificar-se com o escritor austro-húngaro Franz Kafka. Realizou um projeto em conjunto com alguns colegas dando-lhe o título de "Kafka e a sua Metamorfose", envolveu toda a turma neste seu crescimento enquanto leitor e partilha hoje connosco o texto "COVID, do meu ponto de vista" que diz ser um dos seus primeiros textos "à moda de Kafka".

Xavier da Silva Cardoso,
aluno do 4º A do espaço educativo da Graça

3 de Dezembro. A praga começou.

Eu, Xavier, começo a desconfiar do planeta. Ainda nenhuma praga. Os dias passam e eu fico cada vez mais desconfiado. Nessa altura a notícia sai:

- *Notícias de última hora, primeiro infetado na China de uma nova praga chamada COVID-19.*

Já não era sem tempo. O vírus espalha-se. Ásia. América do Norte. América do Sul. Oceânia. África. Europa. Já sabemos como se espalha. Já sabemos os sintomas. Não há famílias juntas. Cada dia, cada hora, cada minuto, cada segundo, um infetado. Já há alguns mortos, o vírus começa em Portugal.

Ainda não se descobriu a cura. Cada dia, cada morto. Começa a piorar. Já usamos máscara. Não somos super-heróis. Somos otimistas no desespero.

Praga, doença, adoecimento, epidemia, pandemia, tudo vai dar ao mesmo. Nunca há antes, nem depois, há agora. E agora há um vírus. Mas que raio de vírus, em 1918 houve cerca de 50 milhões de mortos. Agora, as escolas fecharam, as lojas fecharam, os parques fecharam.

Agora somos nós que nos fechamos em casa. Em casa, continuamos a trabalhar, sendo que as coisas mudaram. Sou agora o poeta. Cada vez mais nítido o futuro.

Finalmente encontraram a cura.

As ruas estão desertas. Em casa, todos estão. Vagueio entre duas casas. Mãe... Pai... Mãe... Pai... Mãe... Pai. Será que os alienígenas também têm pragas? Começo a ver

séries novas, acabo séries velhas. Começo jogos, acabo jogos, começo a treinar, acabo de treinar. Começo a desenhar, acabo de desenhar. É assim que passo o tempo. Desembaraço novos conhecimentos. Enfrento novos dilemas. Ultrapasso dificuldades. Já há bastantes curados. Será que só chegámos aqui para este conhecimento?

Já passou uma semana. O tempo é lento. Cada um a seu tempo. Tic, tac, tic, tac, tic, tac. Começa a estar frio. Já há poucas pessoas na rua para fazer compras. As coisas esgotam-se. Poucas, mas algumas lojas abrem-se. Há lojas em risco, mas a situação acalma-se em Portugal. Em Itália e na Espanha, o vírus está agressivo. Já não viajo, pois quarentena não é para mim. Olho do meu quarto para a janela e vejo um único aldeão a passar, com máscara, claro. Por agora.

Já não há poluição. Poucas pessoas a andar de carro. Agora tenho as vistas longas. Vejo o mar, o céu, árvores, carros, dinossauros.

Por sorte tenho amigos e família, doces como o mel, falo com eles à distância. Começa a ficar calor. Interpreto todos os centímetros cúbicos à minha volta. Cada vez mais carros. Mesmo assim a pouco e pouco. Já há mais *break dance*. Já estou com alguns amigos ao vivo. Já está a melhorar. Ainda bem. Mesmo assim, esperava mais. Agora, ando um pouco de bicicleta. Não acompanhado, mas a apanhar o vento na cara. O COVID veio de um morcego, o problema era deles, mas agora é nosso. Que natureza!

Outra vez sem mantimentos. Vou à rua, mas com uma máscara. Só minha. Feita pela minha querida e esperta avó. Os sinos tocam. Quatro da tarde. Continuo com os

meus passatempos, mas sempre com um pressentimento estranho. Não consigo descobrir o que é. Talvez um bom pressentimento? Uma alegria ou uma tristeza... Agora sinto tudo isto a percorrer por todo o meu corpo, duma ponta à outra. O COVID talvez seja um aviso da natureza ou talvez só um acontecimento normal que alguém previu, sem ser eu. Ou até talvez os dois de diferentes formas. Os cientistas já encontraram a vacina! Tudo volta ao normal. A doença passou a ser uma doença normalíssima.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

TELETRABALHO



Photo by Charles Deluvio

Os riscos de trabalhar a partir de casa

O teletrabalho entrou em força na vida de milhões de pessoas assim como o debate sobre as vantagens e desvantagens deste regime laboral. Para muitos, é a aspirina contra muitos males como as dificuldades de conciliação entre a vida familiar e o trabalho. Para quem vive longe do local de trabalho, é o tempo que se poupa nos transportes. Contudo, são muitas as organizações sindicais que alertam para os perigos da invasão do trabalho na esfera privada.

Bruno Amaral de Carvalho

As medidas impostas pelos diferentes governos para fazer frente à pandemia do novo coronavírus vieram condicionar a vida de milhões de pessoas em todo o planeta. Numa conferência de imprensa realizada no fim de junho, a secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha, anunciou que a central sindical acabava de concluir o balanço de três meses do surto epidémico e das medidas tomadas pelo governo, concluindo “que o balanço é muito negativo para os trabalhadores”. Entre as conclusões, a sindicalista recordava

os que se encontram em teletrabalho, muitos com filhos menores em casa.

Com governos e empresas a ponderar a manutenção do teletrabalho para além da pandemia, o tema passou a estar na ordem do dia. Em 2015, Portugal era apenas o 21.º país da União Europeia em número de trabalhadores colocados em regime de teletrabalho, de acordo com um estudo da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho. Em abril deste ano, o país ocupa já o 10.º lugar entre os países com maior proporção de trabalhadores neste regime por causa da covid-19, segundo um estudo do mesmo organismo. Um salto de 11

lugares que revela a mudança abrupta para milhares de trabalhadores.

A 30 de junho, o Diário de Notícias dava conta da realização de mais duas reuniões técnicas de vários sindicatos com o governo, até ao fim de julho, sem que estas estruturas conhecessem a avaliação do que foi a pandemia ou alguma proposta concreta do executivo para negociar. De acordo com a mesma publicação, a ideia já antes avançada pela ministra Alexandra Leitão tem o objetivo de “densificar” o regime de teletrabalho em funções públicas para, por exemplo, rever matérias como a fiscalização dos horários.

Com a pandemia, o governo colocou

68 mil funcionários das carreiras gerais do Estado em teletrabalho e quer abrir caminho para que até 17 mil trabalhadores do Estado fiquem em funções remotas até 2023. Esta decisão não é, contudo, pacífica e a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública revelou que as estruturas sindicais estão a ser chamadas a reunir com técnicos e não com governantes do ministério. “Vamos entregar uma declaração ao ministério a exigir uma negociação séria da matéria com quem tem direito para negociar e resolver os problemas políticos que se encontrarem nas propostas. À parte disto, ainda não recebemos nenhuma proposta concreta. Portanto,

chamar negociação a uma coisa que não se conhece é manifestamente prematuro”, afirmou Sebastião Santana, coordenador da estrutura afeta à CGTP-IN.

A Frente Comum diz que terá propostas para uma negociação quando a houver e antecipou desde já as questões que acha “difíceis de ultrapassar”: isolamento dos trabalhadores, perda das relações de equipa e acabar por “transformar-se a casa das famílias em locais de trabalho”.

Um trabalhador isolado é um trabalhador vulnerável

O facto é que a questão é inultrapassável e está em cima da mesa. Foi, aliás, tema de debate no dia 19 de junho pela Associação Portuguesa de Juristas Democratas que promoveu uma iniciativa em torno do teletrabalho que recolheu vários contributos através de videoconferência.

O advogado Joaquim Dionísio começou por afirmar que considera que o teletrabalho vai aumentar “não apenas por razões da tecnologia e da pandemia” mas especialmente por “força dos interesses” de natureza económica. O advogado fala de um entusiasmo “excessivo” e “desinformado” por parte da comunicação social e alertou para os perigos do desenvolvimento muito rápido do teletrabalho nas relações laborais e na própria sociedade, recusando a ideia de que só há vantagens neste regime de trabalho à distância. Destacando os riscos, apontou também que pode haver vantagens desde que o teletrabalho seja devidamente regulamentado e enquadrado. Sendo a parte mais frágil das relações laborais, Joaquim Dionísio sublinhou a necessidade de os trabalhadores se organizarem para evitar que o desenvolvimento do teletrabalho os prejudique.

Por sua vez, Hugo Dionísio, jurista da CGTP-IN, que também participou nesta iniciativa, já havia sublinhado alguns dos argumentos num artigo de opinião publicado no *AbrilAbril*. Um deles prende-se com o espaço de trabalho. De acordo com o jurista, “o trabalho, quando prestado num espaço físico determinado, propriedade da entidade patronal, ajuda o trabalhador a confinar a atividade laboral a um espaço físico concreto, o que, por si só, pode constituir um factor positivo para a conciliação entre a vida privada e trabalho”. Ou seja, o facto de o trabalhador poder localizar, mental e fisicamente, o trabalho, a um espaço determinado, pode ajudá-lo a compartimentar a sua vida profissional, na sua vida pessoal, social e familiar. Na medida em que seja capaz de fazer essa desconexão mental, para o trabalhador, torna-se mais fácil de fazer a separação.

A estes factores tradicionais, Hugo Dionísio defende que podemos ain-

da adicionar o isolamento, a solidão, a escassez de contacto humano para discussão, a menor suscetibilidade na troca de experiências, a perda de poder reivindicativo e, em função desse desligamento, a sujeição a condições de trabalho que o trabalhador não pode comparar e controlar. “Todos sabemos que um trabalhador isolado é um trabalhador mais vulnerável à sobre-exploração”, sublinhou.

Não é uma novidade, uma vez que, nos últimos anos, a precarização de várias atividades transportou para os trabalhadores custos que antes estavam a cargo das empresas. Neste caso concreto, são vários os especialistas a alertar para o trabalhador poder passar a ter de suportar maiores consumos de electricidade, água, internet, consumíveis, entre outros. Na prática, trata-se de baixar os custos de produção às empresas e reduzir a remuneração dos trabalhadores.

Para Hugo Dionísio, o teletrabalho transporta o poder patronal para a casa do trabalhador: “os conflitos, as pressões, as contradições que o trabalhador antes vivia em espaço laboral determinado, passa agora a vivê-las em casa, à vista de todos e, como seres sociais que somos, pensar que esses factores psicossociais não intervêm na construção das personalidades dos que vivem com o trabalhador é algo de muito pouco realista.

Teletrabalho durante pandemia

De acordo com dados da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, 27% dos trabalhadores a trabalhar a partir de casa, durante a pandemia, referem ter de trabalhar durante o tempo livre para cumprirem as suas tarefas. Por sua vez, 32% das mulheres e 28% dos homens colocados em trabalho a partir de casa, referem estar preocupados com o trabalho quando não estão a trabalhar e 29% das mulheres e 19% dos homens em teletrabalho referem estar demasiado cansados após a jornada de trabalho.

Para a CGTP-IN, “se as leis laborais continuarem a ser o que são, se os sindicatos continuarem a ficar à porta das empresas, se os trabalhadores continuarem a ser perseguidos por pensarem de forma diferente, se o período normal de trabalho não for reduzido”, o teletrabalho, prestado a partir de casa, “só pode significar mais exploração e maior sujeição do trabalhador – e da sua família – ao trabalho”.

Esta principal central sindical nacional vai realizar uma conferência sobre teletrabalho no dia 16 de julho, no Hotel Zurique, em Lisboa, a partir das 10 horas, com a participação do professor José João Abrantes, do psiquiatra José Manuel Jara, do advogado Joaquim Dionísio e do professor Rogério Reis.

CGTP-IN

CGTP saiu às ruas



Semana de luta decorreu de 22 a 26 de junho

Durante uma semana, milhares de trabalhadores juntaram-se em ações por todo o país para defender “a saúde e os direitos” dos trabalhadores. No dia 25 de junho, na Praça do Município, em Lisboa, a secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha, valorizou a realização de centenas de iniciativas de diferentes setores de atividade.

Na intervenção que rematou o desfile, a dirigente denunciou os ataques que têm sido dirigidos contra os trabalhadores, afirmando que os três meses e meio de surto epidémico do novo coronavírus vieram revelar “de forma mais clara a necessidade de alterações profundas” deste sistema económico, refere o *AbrilAbril*.

Da precariedade dos vínculos laborais, usada para despedir, ao layoff que corta 1/3 dos salários, fica claro como as opções dos “sucessivos governos” que “privilegiam os lucros do capital em detrimento das retribuições” têm contribuído para prejudicar o desenvolvimento do país, referiu a dirigente sindical.

Por outro lado, também o papel determinante do Estado na garantia dos cuidados de saúde se tornou mais evidente neste período, a par de outros serviços

essenciais à população, desde a limpeza urbana à Escola Pública, afirmou.

A recusa em introduzir regras que travem os ataques aos direitos e rendimentos resulta de uma opção do governo e contrasta com as medidas dirigidas às grandes empresas e aos anos de lucros acumulados, sublinhou Isabel Camarinha.

Continua a não estar prevista a proibição dos despedimentos nem a reintegração dos trabalhadores que perderam o emprego durante o surto epidémico, nem o pagamento das retribuições a 100% aos que foram abrangidos pelo layoff, aponta a CGTP-IN.

«Não há dinheiro? Taxem-se as fortunas que a partir do nosso país são transferidas para os paraísos fiscais», defendeu, acrescentando que a receita fiscal poderia aumentar em 18 mil milhões de euros. De acordo com a central sindical, outra taxa poderia ser aplicada aos dividendos que todos os anos ultrapassam os 20 mil milhões de euros e são “apropriados no nosso país”. Uma taxa de 35% aplicada aos dividendos distribuídos pelas grandes empresas daria uma receita adicional de 3700 milhões de euros.

RUI GALVEIAS

Cultura em Portugal

“corre risco de perder milhares para sempre”

Com um número variável de 130 mil trabalhadores, a cultura navegou à deriva durante anos, sem terra à vista, no barco da precariedade e do abandono estatal. A paralisação, devido à pandemia do novo coronavírus, afundou o setor que saiu às ruas para exigir políticas que garantam estabilidade. A coordenar atualmente o Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE), Rui Galveias, aponta o dedo aos sucessivos governos.



“No fundo [os trabalhadores] estão assentes numa praça de jorna virtual.”

Bruno Amaral de Carvalho

Quais são os principais pontos negros do setor neste momento?

Os vínculos precários. Esse é que é o grande ponto negro. E o trabalho informal que é consequência desses vínculos precários. Ou seja, a maior parte dos trabalhadores informais que estão nas artes do espetáculo em Portugal, que foi sendo empurrada para os recibos verdes. Isso criou situações de dívidas à segurança social e às finanças, principalmente no período de Passos Coelho, e isso levou

a que muita gente optasse por fazer um trabalho informal. Também por sentirem não haver razão para fazerem descontos para a segurança social já que ela depois não os protege, não haver razões para pagar impostos, que são pagos muitas vezes à cabeça, e tens que os pagar quando tens trabalho e não tens trabalho.

Quando atinges um determinado valor de faturação comesças a fazer pagamentos por conta que não são compatíveis com o fato de ser um trabalhador do espetáculo e não um empresário. Um exemplo simples. Um técnico de som que faça um festival — hoje em dia estão quase todos a recibos verdes — o que fazem é esperar por um telefonema para ter

trabalho. No fundo estão assentes numa praça de jorna virtual. Quando alguém lhes liga e diz “vais fazer este festival a partir da semana que vem”, têm um horário, um dia para carregar os camiões, um horário de partida para o sítio do festival, um hotel onde ficam, que é determinado por quem o contrata. Portanto, são falsos recibos verdes. Têm um local de trabalho para todos os efeitos e têm uma hierarquia a que obedecem. E essa é que é a realidade do setor de uma forma geral. Isso aplica-se desde a área do entretenimento à área cultural sob responsabilidade do Ministério da Cultura, onde se incluem muitas das estruturas elegíveis para apoios da DGARTES.

Portanto, acha que o governo contribuiu para esta realidade.

Não contribui para mudar e, pelo contrário, contribui para a precariedade. Basta ver o exemplo da Casa da Música, e o que se passa noutros sítios, em que se mantêm vínculos precários. Há sempre contratação pontual, mas podia toda ser feita com contrato. Podia até haver questões em relação à velocidade com que se podem fazer os contratos. Por exemplo, para uma empresa muito grande que tenha cem trabalhadores, isso implica um volume de trabalho muito grande, mas existe sempre a possibilidade da contratação colectiva que é uma das coisas que nós defendemos para o futuro do setor. Contratação colectiva para garantir mínimos, no fundo aquilo a que muita gente chama tabelas seriam garantidas através dessa ferramenta. Facilitava a contratação por parte dos empregadores, mas também garantia que os trabalhos eram feitos com direitos.

Como é que é possível uma situação como a da Casa da Música?

O caso da Casa da Música é inexplicável. É uma mera opção de gestão, quase automática. Tem a ver com a natureza da Casa da Música e com o pouco poder que o governo tem, embora o dinheiro seja público. O poder que o governo tem dentro destas empresas é pequeno e este também nunca se preocupou muito com isso.

De que forma é que a pandemia afetou o setor?

Quando aparece a covid-19, estas fragilidades estavam cá todas, todos nós tínhamos vários trabalhos, todos nós alugávamos a nossa própria casa muitas vezes. Havia uma dependência do trabalho que vinha do turismo, as feiras medievais, havia muito trabalho nos hotéis para os músicos com formação de jazz, mas era um trabalho profundamente precarizado, coisa que não existia no início dos anos oitenta. No início dessa década havia contratos de trabalho. Com a precarização, este tipo de vínculos passou a ser o que domina a realidade, havendo casos em que não há vínculos sequer, há uma relação informal. O resultado disso é o que vemos agora. A fragilidade sempre esteve cá, mas havia outras formas de garantir a sobrevivência que eram muito precarizadas. Existem vários mitos que têm que ser ultrapassados, a questão da contratação e da possibilidade de ter um contrato de trabalho pontual é uma delas.

Provavelmente, há muitas situações de desespero.

Há. Houve uma coisa nova neste processo que é muito diferente de outros momentos difíceis. Os momentos difíceis das estruturas que recebem os apoios da DGARTES, como há dois anos, em que estiveram na rua, os momentos difíceis no tempo do Passos Coelho, que iam variando de setor para setor, em função do ano e da manutenção ou não de algumas das atividades, bem como os cortes das verbas no período da troika, que foram devastadores.

A novidade é que as pessoas agora ficaram todas paradas e começaram a olhar para o lado de outra maneira, ou seja, começaram a olhar para os colegas

de profissão, os que andam na estrada com eles, de outros setores, trabalhadores do teatro, do cinema e da televisão começaram a olhar para quem faz os festivais de verão, para os técnicos. Começaram a olhar uns para os outros e a perceber que aquilo que tinham em comum era tudo que há de mau e que era tempo de se aproximarem uns dos outros.

Começou a haver muito mais visibilidade do trabalho sindical, foi quase automático, as pessoas descobriram que havia um sindicato. As nossas reivindicações já têm anos, quer antes da fusão do CENA com o STE, quer depois disso. Nós fizemos um grupo de trabalho para estudar a ideia de um estatuto do trabalhador das artes do espetáculo em Portugal e para perceber o que é que tinha que ser feito, porque sabíamos que na primeira crise isto podia acontecer.

Para já, os estatutos de intermitência que existem não são coisas boas, ou seja, tem elementos importantes que tem a ver com as especificidades das diferentes profissões e com a contagem do tempo de trabalho mas a forma como foram implementados está neste momento a dar problemas. Um exemplo é o do Sindicato do Cenógrafos em França que fez um caderno reivindicativo que parece o do CENA-STE para todo o setor.

...houve muitos movimentos informais que de repente começaram a aperceber-se de que existe um sindicato e que já tem trabalho feito, que deram muita força ao sindicato.

Neste momento há uma grande solidariedade dos trabalhadores do setor que começaram a ajudar-se uns aos outros, porque o governo continua a não responder, ou seja, o apoio social de emergência que nós defendemos desde o primeiro minuto continua a ser cada vez mais urgente para a maioria das pessoas. Há exceções, claro, e o governo está com esperança que o trabalho retome, mas esta retoma é para os teatros nacionais e algumas companhias que tiveram apoios, que é uma percentagem muito pequena do setor, 10 a 15% do total. A maior parte dos trabalhadores continua pendurada ou a fazer um trabalho aqui e ali.

Os apoios anunciados pelo governo, apesar de pírricos, estão a chegar às pessoas?

Não estão a chegar muito bem, há sempre dificuldades no funcionamento da segurança social. Foi chegando alguma coisa, mas é manifestamente insuficiente.

Estamos a falar de que valores?

Neste momento, aproximam-se dos quatrocentos euros em alguns casos, mas inicialmente eram ridículos, eram mais pequenos que o que se tinha que pagar à segurança social. Isso tem vindo a mudar, mas não chega à grande parte das pessoas neste momento, sobretudo aos trabalhadores informais, que

têm dívidas, e por aí fora... As dívidas são fruto de como isto estava antes, ou seja, as pessoas não escolheram endividar-se e ficar fora do sistema, mas estão fora do sistema. Vamos ver agora como vai ser com o orçamento suplementar.

E os trabalhadores parecem estar mais despertos.

Despertaram e começaram a tentar organizar-se e descobriram que têm um sindicato que defende as medidas em que eles se reviam. Aconteceu uma coisa curiosa, houve muitos movimentos informais que de repente começaram a aperceber-se de que existe um sindicato e que já tem trabalho feito, que deram muita força ao sindicato. Houve um aumento muito grande de sindicalizações e queremos muito que as pessoas se mantenham cá.

Houve até uma campanha de divulgação nas redes sociais.

Houve várias campanhas. Nós começamos imediatamente a reagir publicamente com um questionário, que foi muito importante, em que desde as instituições, desde o governo até aos jornais, todos usaram aqueles números para se perceber o estava a acontecer no setor. Depois, começamos a avançar para o protesto e a pôr cá fora o descontentamento das pessoas, sempre deixando margem para que os movimentos informais tivessem o seu espaço, mas procuramos que toda a gente se juntasse num momento alto de luta.

Que impacto é que esta pandemia pode ter no setor?

A curto prazo está a ter desastroso. Podemos perder grande parte dos trabalhadores deste setor para sempre. Fizemos uma campanha com uma série de vídeos a explicar o que estavam a fazer há um ano e alguém dizia isso mesmo. O Luís Varatojo diz, e acho que é uma coisa que nós sentimos também, que corremos o risco perder todo o *knowhow* que temos dos últimos anos. Porque de facto, em Portugal, fazem-se bem as coisas e muito bem. Independentemente da escala, faz-se muito bom trabalho na cultura, quer nos espetáculos, no audiovisual, nas artes plásticas e por aí fora, fazem-se muitas coisas boas e neste setor corremos o risco de perder muita desta gente para outros trabalhos e outras vidas porque não vão aguentar mais.

Tem conhecimento de gente que tenha decidido abandonar o setor?

Tenho conhecimento de gente que está a pensar nisso. O setor já vivia em precariedade desde o Passos Coelho e havia muitos artistas que faziam outras coisas. Eu acho que nós somos uma geração de aspirador na mão. Uma imagem que me assalta sempre é o vídeo dos Queen, por razões diferentes: "I want to break free". Era a realidade de grande parte dos músicos, por exemplo, em Lisboa. Estavam de aspirador na mão, a alugar uma parte da casa para conseguir sobreviver na cidade de Lisboa e continuarem a manter-se a trabalhar, era a forma que tinham. Claro que quando sai a água da barragem, vê-se o fundo e no fundo há muitas dificuldades e muitos problemas.

FONTE DA TELHA

Câmara Municipal de Almada pavimentou dunas em praia protegida

Milhares de banhistas escolhem as águas destas praias para se refrescarem. É um dos paraísos naturais que se encontra em área de paisagem protegida e donde se pode observar a imponente arribas fósil. Situada no concelho de Almada, a Fonte da Telha tinha o pavimento empedrado com o objetivo de permeabilizar o solo e proteger as dunas, mas a polémica estalou com a decisão da autarquia asfaltar com alcatrão o acesso à praia.

De acordo com um comunicado divulgado pela associação ambiental Zero, as obras, então em curso iam “não apenas, impermeabilizar de forma dramática um troço considerável junto à linha de água e à arribas fósil, mas também permitir aumentar o acesso e a implantação de mais atividades numa zona já sensível e vulnerável às alterações climáticas e à subida do nível do mar”. Na sua página, a Zero referiu ainda que este projeto não se encontra previsto em nenhum plano conhecido, “sendo mesmo contrário às diretrizes estabelecidas”.

Se num primeiro momento algumas autoridades como a Junta da União de Freguesias de Charneca, Caparica e Sobreda alegaram que a obra tinha luz verde da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na segunda-feira, esta organização veio esclarecer que “não foi emitido qualquer parecer” dos seus serviços sobre a obra em causa, “atendendo a que tal ato não é da sua competência”, mas sim da Câmara de Almada.

Já a autarquia encabeçada por Inês de Medeiros informou que não colocou alcatrão no acesso à praia da Fonte da Telha mas sim um “betuminoso semipermeável” para ordenar o trânsito e proteger a duna primária. Num comunicado divulgado na sua página da internet, acrescentou ainda que o material “está a ser



aplicado apenas na estrada já existente e não na duna”.

As obras de requalificação do acesso à praia, localizado em duna primária, na envolvente da Área de Paisagem Protegida da Arribas Fósil da Costa de Caparica, provocaram uma onda de indignação. Os eleitos da CDU na Câmara de Almada endereçaram um conjunto de questões à presidente Inês de Medeiros (PS), onde perguntam por que é que a solução adotada “não foi a que havia sido aceite como menos impactante – a continuação do calcetamento, em calçada grossa, já realizado nos acessos a Norte da Fonte da Telha”.

Os vereadores indagam ainda se a intervenção foi articulada com autoridades competentes na gestão ambiental do território, designadamente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e que medidas foram

tomadas de forma a salvaguardar o equilíbrio ambiental daquela área sensível com este asfaltamento.

Tendo em conta que «desde sempre foi entendimento das várias entidades» com responsabilidade de preservação ambiental, como a Autoridade Marítima ou o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), que “os acessos dentro da localidade da Fonte da Telha não podem ser pavimentados, pois aquele é um território ambientalmente sensível, em zona dunar, e que a sua impermeabilização constitui um crime ambiental”, o PCP enviou várias perguntas ao ministro do Ambiente e da Acção Climática.

Que medidas estão a ser tomadas para assegurar o cumprimento da lei e defender o equilíbrio ambiental daquela área sensível foi uma das questões colocadas a João Pedro Matos Fernandes.

Também o partido ecologista “Os Verdes” deu entrada de uma pergunta na Assembleia da República, na qual confronta o Governo sobre a intervenção “com recurso a material betuminoso à base de hidrocarbonetos (alcatrão), que levanta sérias dúvidas quanto à sua permeabilidade, como a zona requer, e muito menos enquadrada numa requalificação equilibrada tal como exigido”.

Todos os instrumentos de ordenamento do território e ambientais interditam qualquer intervenção desta natureza que, tal como salientam alguns ambientalistas, tornam a zona ainda mais vulnerável.

Já o BE questionou o executivo sobre a pavimentação referindo os alertas das associações ambientais. Joana Mortágua exigiu a garantia de que o projeto não põe em causa a duna primária e de que o material que está a ser aplicado é o mais adequado, tendo em conta a preservação ambiental e o risco de impermeabilização.

A VOZ do corvo



Estátuas, símbolos e estupidez

O autor destas linhas tem o nariz “abatado” e um dos seus filhos tem o cabelo crespo, possivelmente por alguns dos seus antepassados ter vindo de África. A mãe do autor destas linhas tinha os olhos azuis e o pai dela também, possivelmente por algum dos seus antepassados ter vindo da Alemanha entre suevos ou visigodos. No Cartão de Cidadão do autor destas linhas figuram nomes e apelidos que indiciam que alguns dos seus antepassados terão vivido sob o signo da Estrela de David, tivessem sido judeus, cristãos novos ou marranos. Grande parte das palavras e muitos dos seus hábitos foram trazidos por mouros do Magrebe sob comando de árabes da Arábia e a estrutura do seu pensa-

mento e muitas das leis que ainda o regem vieram do Lácio, trazidas pelas Legiões Romanas.

Entre todos estes antepassados terá havido escravos e senhoras, servos e patrões, colonizados e colonizadores, conquistados e conquistadores, mas não sente o autor destas linhas necessidade alguma de julgar e condenar uns ou de pedir perdão a outros, aplicando critérios morais de hoje e obliterando o tempo e as leis e os costumes que cada um deles viveu. Só tem de agradecer-lhes nenhum ter quebrado a sequência da vida e ele estar vivo, hoje e aqui.

Serão raros entre nós os que podem dizer quem seriam os seus antepassados em 1761 (perto de 25 anos antes da Revolução Francesa) quando o Marquês de Pombal promulgou a Lei do Ventre Livre e por isso se pode imaginar que seria uma mulher negra e escrava que ao dar à luz um filho ou uma filha pariu também Liberdade (recorde-se que exatamente um século depois, em 1861 deflagrou nos Estados Unidos uma guerra civil que teve como causa a abolição ou continuação da exploração de mão de obra escrava, fossem homens, mulheres ou crianças e de que hoje ainda há sequelas).

Vem todo este arrazoado a propósito da estupidez que levou alguns a pincharem a estátua do Padre António Vieira no Largo da Misericórdia, em Lisboa, em desrespeito por uma figura ímpar de orador, diploma-

ta, defensor de minorias, perseguido pela Inquisição e humanista num atentado que atingiu simultaneamente a nossa memória coletiva e uma obra de Arte.

Foi aquele conjunto escultórico objeto de um concurso conceptual e dividiu-se então o Júri entre aqueles que se inclinavam para uma proposta representativa da vida abrangente do Padre António Vieira e os que se centravam na sua ação evangelizadora representada na obra selecionada através do gesto da cruz erguida ou do grupo de crianças com feições de indígenas do Brasil que rodeiam o homenageado e terá sido a partir de uma interpretação torpe desse conjunto que os energúmenos se lançaram em tão estúpido ato.

É na verdade frequente na estatuária evocativa o aparecimento de figuras com caráter contextual a que se poderão ou não atribuir valores simbólicos e é por isso que ninguém pode acusar Eça de Queiroz de ser um monstro libidinoso por na sua estátua figurar tão esplendorosa mulher nua nem o Marquês de Pombal de ser adepto de um club desportivo de ter a seu lado um leão nem que o enredo do monumento da Guerra Peninsular seja a tentativa de um homem para agarrar uma águia...

Desculparão os leitores por se usar a ironia a propósito de tão grave acontecimento.

Francisco da Silva Dias

Transportes públicos



Culpa e culpados

Tem sido notícia o aparecimento de focos de infetados com o Covid-19 na zona de Azambuja e feita associação à insuficiência de oferta da CP, a que se juntou a criminalização dos passageiros, acusando-os de não usarem máscara.

A RTP passou uma peça titulada de passageiros sem máscara, mas curiosamente quando apareceram as imagens recolhidas dentro do comboio todos tinham a máscara colocada.

Quanto à oferta acontece que, neste momento, é o máximo possível com o material circulante existente.

Há responsáveis políticos por não haver mais comboios? Claro que há! São os representantes das forças políticas que, à frente dos diversos governos, não só não viabilizaram a sua aquisição, como entregaram a Sorefame aos grupos económicos que a destruíram.

A campanha ignora tudo isso e não se apontam soluções, para já, nem responsabilidades políticas.

Curiosamente, passa um pouco ao lado a redução da oferta das rodoviárias privadas que preferem beneficiar do layoff e transportar mal e sem condições de segurança os que maioritariamente têm de viver com baixos salários, muitos deles em precariedade laboral, sem possibilidade de teletrabalho e imprescindíveis para que o básico da vida económica e da satisfação das necessidades sociais seja garantido.

Acontece, porém, que nos anos 90 foram criadas na CP uma estruturas orgânicas designadas por Unidades de Negócios, entre eles o da região de Lisboa, com o objetivo claro de fazer a sua privatização.

Em 2008 houve mesmo um despacho do secretário de Estado, por acaso do PS, que dava como orientação a entrega daquela Unidade de Negócios ao setor privado em outubro do ano seguinte.

As coisas não correram de feição, mas o objetivo não foi abandonado. A ajuda das notícias para criarem ambiente fazem sempre parte do processo.

Quanto à responsabilidade de quem trabalha, no aumento dos contágios, também não ficaram de fora. Logo vieram, a juntar aos comboios, sugerir que acontecia nos intervalos do trabalho através do convívio.

As denúncias dos sindicatos quanto ao “notório e constante” incumprimento das medidas de segurança da responsabilidade das entidades patronais, essas ficaram no silêncio quase total.

Rego Mendes

LISBOA



Acção foi levada a cabo dia 18 do passado mês

Protesto exige habitação

Com a aposta estratégica no turismo, bairros históricos como Alfama perderam boa parte dos seus moradores e, com a pandemia, ficaram também sem turistas. Com o problema da habitação a encabeçar uma das principais preocupações de quem vive na Área Metropolitana de Lisboa, mais de 60 pessoas participaram numa ação mobilizada pela Associação do Património e População de Alfama, com o apoio da Associação de Inquilinos Lisboenses e do movimento Morar em Lisboa, que teve lugar no Largo do Chafariz de Dentro.

“A Covid-19 e as medidas para travar o avanço da pandemia deixaram a nu as consequências destas opções políticas e económicas, os problemas agravaram-se e agora Alfama e outros bairros estão sem habitação e sem população”, pode ler-se na resolução que foi aprovada durante a iniciativa pelos participantes.

Um dos exemplos é Alfama. O alojamento local ocupava perto de 60% dos fogos disponíveis e foi para este resultado que “serviu a actual ‘lei dos despejos’”, defende o documento. Para os organizadores do protesto, o surto epidémico, “além de ter exposto as consequências das opções políticas dos últimos anos, já teve e vai continuar a ter efeitos muito negativos na economia nacional e local” com a previsão de que “com o crescimento do desemprego e a perda de rendimentos das famílias, vão agravar-

se ainda mais as condições de acesso à habitação”.

Em declarações ao *AbrilAbril*, Lurdes Pinheiro, da Associação do Património e População de Alfama, afirmou que “as pessoas têm sido expulsas deste bairro” desde a promulgação da “lei dos despejos”, que ainda não foi revogada. Com o surto epidémico, “não há turismo, não há pessoas, temos o bairro completamente vazio”, afirmou Lurdes Pinheiro, lembrando que as pessoas continuam sem casas e que este problema não é exclusivo de Alfama. “Este é um bairro histórico e popular, pelo que queremos chamar a atenção da Câmara e vamos continuar a resistir”, frisou.

Nesta ação participaram moradores de Alfama e também pessoas de outros bairros onde se abordou “o problema da cidade”. “Não vivemos numa ilha, não estamos desligados de tudo o que se passa em Lisboa”, sublinhou Lurdes Pinheiro.

Na resolução aprovada, exige-se ainda que o Governo concretize “uma política que dinamize o arrendamento habitacional, estabelecendo rendas compatíveis com os salários”, e que o Parlamento revogue a ‘lei dos despejos’. Exorta-se ainda a Câmara Municipal de Lisboa a abandonar a “errada opção única pelo turismo” e a concretizar “programas municipais de habitação a custos controlados, com rendas acessíveis para aqueles que aqui vivem e trabalham”.

Novas medidas de contenção na Área Metropolitana de Lisboa

São 19 as freguesias da AML que vão continuar em estado de calamidade devido ao aumento de casos do novo coronavírus. Todas as freguesias dos concelhos de Amadora e Odivelas, seis em Sintra, duas em Loures e uma em Lisboa passam obedecer a regras mais apertadas de controlo da pandemia.

O presidente da Câmara de Loures afirmou à SIC que seria ineficaz criar um cordão sanitário no seu concelho para travar a Covid-19. Bernardino Soares defendeu que o importante é criar condições para as pessoas cumprirem o isolamento em casa, sob pena de a subsistência se sobrepor ao confinamento.

O concelho de Loures é um dos mais afetados pela subida de casos de infeção de Covid-19. Em entrevista à SIC Notícias, o autarca falou numa população com baixos

rendimentos e que precisa do emprego, mas garante que estão a ser criadas as condições para que a população fique em casa sem colocar em causa a subsistência.

“O traço não é o os bairros serem municipais ou não porque nós também temos bairros onde não há nenhum problema. O traço é haver uma população com forte precariedade social, com uma parte da população imigrante e com condições de habitabilidade mais fragilizadas”, indicou Bernardino Soares.

O presidente da Câmara de Loures explicou que, para atacar os principais focos, foram enviadas para o terreno “equipas mistas da saúde e da Segurança Social, que foram a cada caso positivo, mais de 200, ver quais eram as condições daquelas pessoas”.

AMÁLIA RODRIGUES



Iniciam-se em julho as comemorações do centenário de Amália Rodrigues

A voz que nos habita

Domingos Lobo

O panorama fadista lisboeta era, em finais dos anos 1930, desolador. O fado encontrava-se confinado ao reduto das casas típicas e aos retiros. António Ferro, um intelectual aristocrata, indigitado propagandista do Estado Novo, achava a melopeia lisboeta pouco estimulante, decadente e contrária aos impulsos que o Modernismo, herdado de Marinetti, tentava impor, por arrasto acrítico, à lusa cultura e aos desígnios ideológicos do regime.

Mas o salazarismo não tardou de perceber que o Fado choradinho, desgraçado e saudosista, servia ao povo como expiação de mágoas para, na sua melopeia, estender o manto de triste resignação que o regime, assim que se viu institucionalizado pela Constituição de 1933, tentou imprimir aos cercados quotidianos portugueses. Dizem que serviu, tendo por companhia outros efes de um triunvirato que nos *limita e oprime*, como diria Álvaro de Campos, para apaziguar revoltas. Certo é, que este Fado do *destino marcado* conviveu paredes meias com os fados da revolta, crítico e republicano: duas faces de uma realidade da cultura urbana que se entrelaçam e ainda hoje subsistem.

Poetas populares como Gabriel de Oliveira, Car-

los Conde, Linhares Barbosa, José Galhardo e o jornalista Norberto de Araújo (este, com particular registo nas *marchas populares*), não abandonando o convencionalismo redutor de um universo efabulatório herdado do romantismo, fortemente inspirado na mitologia fadista de finais do século XIX, da qual Júlio Dantas foi um dos responsáveis, no ciúme e nas traições amorosas, nos dramas de amor e morte ou nas vivências dos bairros típicos, das hortas saloias e dos retiros, tentavam, trazer para o Fado alguma lisura formal e uma maior exigência de construção poética e melódica.

É neste panorama que emerge o vulcão Amália, cuja voz poderosa e belíssima, transpunha para a canção de Lisboa horizontes melódicos raros, profundos e expressivos. De súbito, a melopeia dos becos e vielas de Alfama e da Mouraria, das tascas e colectividades da cidade, metamorfoseava-se, emocionava-se, coloria-se de novos requebros, de cambiantes dramáticos, vibrantes e intensos.

Cedo os compositores e a sensibilidade de Amália perceberam que essa *Voz* só ganhava asas e plenitude servindo composições mais complexas e outras palavras. É a própria Amália que descobre, por acaso, um poema de Pedro Homem de Melo e transfigura esses versos de desespero íntimo, de uns olhos que se perdem na cidade grande, num

fado de enorme êxito. Seguem-se-lhe Sidónio Muralha e Luís de Macedo.

Frederico Valério prolonga-lhe a voz, dá-lhe intensidade melódica e expressividade dramática em fados que rasgavam o figurino tradicional: *Só à Noitinha*, *Ai*, *Mouraria*, *Confesso*, *Boa Nova*, *Não Sei Porque te Foste Embora*. Estes fados canção, escritos para os palcos da revista, onde Amália era já vedeta incontestável, fazem hoje parte do espólio clássico do fado. Mas será com *Foi Deus*, de Alberto Janes, esse prodígio melódico e estilístico, construído sobre versos que libertavam o fado dos seus limites conceptuais, do torpor fadista de 1950 (embora viajando, sem rupturas absolutas, pela estrutura dos seus referentes imagéticos), que Amália cresce como interprete e a sua voz (as várias vozes que o seu instrumento vocal provou possuir) ganha uma envolvência mais modulada, plena de ressonâncias e de sensibilidade interpretativa, uma ductilidade atravessada pelo trágico. Seguem-se *Barco Negro*, do filme *Amantes do Tejo*, que a lança nas ribaltas internacionais e, já nos anos 1960, o encontro fundamental com Alain Oulman, que trazia na bagagem de compositor inspirado alguns nomes cimeiros da lírica portuguesa.

Com Alain, e o mítico álbum *Busto*, no qual Amália canta esse pungente e libertário *Abandono*, conhecido como *Fado Peniche*, com letra de David Mourão-Ferreira, e essa obra modelar que é *Com que Voz*, Amália transporta-nos para os universos expressivos da nossa poética maior, cantando-nos em melodias que tocavam o erudito (*vamos às óperas*, diziam os músicos, aquando das sessões de gravação), versos de Camões, Ary dos Santos, Cidália Meireles, Manuel Alegre, João Ruiz de Castelo Branco, Alexandre O'Neill, e de ela própria, com esse magnífico poema que é *Estranha Forma de Vida*.

Três anos após a publicação de *Busto*, Alain e Amália regressariam à grande poesia com *Fado Português*, sobre poema homónimo de José Régio. A colaboração com Alain prosseguiria nos álbuns *Cantigas Numa Língua Antiga* e *Obsessão*.

Amália da Piedade Rebordão Rodrigues, nasceu em Lisboa a 1 de Julho de 1920 (foi registada a 23 de Julho) e faleceu a 6 de Outubro de 1999. Do seu espólio musical registam-se mais de 170 álbuns, gravados em 30 países. Vendeu milhões de cópias, cantou nos melhores palcos do mundo.

Poeta, publicou 2 álbuns com os seus versos (*Gostava de ser quem era* e *Lágrima*) e reuniu a sua obra poética no livro *Versos*, publicado pela editora Cotovia, já em 10ª. edição.

Através da música de Alain e das palavras dos grandes poetas, Amália transfigura o fado, universaliza-o, dá-lhe estatuto cultural. A partir de 1962, ano da gravação de *Busto*, o fado deixaria para trás o seu passado sombrio, lacrimajante e formalmente retrógrado e percorreria sem temores a essência da nossa condição: perscrutando-nos a alma, incentivando-nos os sentidos, ensinando-nos o poder das palavras, as referências mais fundas da nossa identidade, mostrando-nos os caminhos do regresso a casa, que sempre lá estiveram, e que ela, com a magia do seu canto, redescobriu: um canto que começava também a revelar ao mundo as fundas raízes da nossa singularidade cultural. Ou seja, libertava-nos por dentro no êxtase maior dessa voz que, dramática e festiva, também nos habitava.

ECONOMIA

A impunidade fiscal do grande capital

Tiago Cunha, economista

Os detentores do grande capital e os principais beneficiários da distribuição dos dividendos gozam de privilégios que são incomportáveis do ponto de vista financeiro, inaceitáveis no plano social e economicamente insustentáveis.

A tributação dos rendimentos de capital não pode continuar a ser adiada. A impunidade dos poucos que tanto têm e não pagam impostos tem de acabar. A CGTP-IN, mas também alguns partidos políticos com assento parlamentar há muitas décadas, têm vindo a realizar propostas concretas para responder a esta exigência.

Os dividendos pagos pelas empresas a quem detém o seu capital são o tipo de rendimento mais privilegiado em Portugal. Estes rendimentos representam uma percentagem cada vez maior do PIB – em 1995 pesavam cerca de 8%, em 2010 pesavam 16% e, nos últimos anos, por cada 10 euros de riqueza distribuída, mais de 2 euros vão para o grupo restrito da população que é accionista de grandes empresas e grupos económicos. Em 2017, cada uma das grandes empresas (0,3% do universo das empresas portuguesas) distribuiu, em média, mais de 14 milhões de euros (sem considerar o setor financeiro). Considerando o salário médio de um trabalhador de uma grande empresa (1251€), este teria de trabalhar durante 814 anos para ganhar este montante.

Mas entre as grandes empresas há várias que distribuem muito mais do que 14 milhões. Já em 2020, em pleno período de confinamento – com mais de 1,3 milhões de trabalhadores com o seu salário cortado em parte devido ao *layoff*, ou na totalidade em resultado da perda de emprego – os maiores grupos económicos do país decidiram distribuir milhares de milhões de euros em dividendos aos seus accionistas:

Empresa	Distribuição de Dividendos em 2020
Altri (Celtejo, Caima, Celbi)	€ 61,5 Milhões (M)
Amorim	€ 24,6 M
CTT	€ 16,5 M
EDP	€ 694,7 M
GALP	€ 580,5 M
Jerónimo Martins	€ 216,8 M
NOS	€ 143 M
Navigator	€ 200 M

Fonte: Relatórios e Contas de cada empresa.

Para algumas destas empresas – EDP, Altri, GALP, só a título de exemplo – os dividendos distribuídos correspondem a 150%, 200% ou 250% do que pagam na totalidade de remunerações aos seus trabalhadores, respectivamente.

Por regra os dividendos distribuídos não pagam impostos. Ao contrário dos trabalhadores e pensionistas

cujos salários e pensões são sujeitos a retenção na fonte e de acertos com a Autoridade Tributária, os beneficiários efectivos (pessoas que controlam uma empresa, fundo, ou entidade jurídica de outra natureza) destes dividendos têm à sua disposição uma vasta legislação que, directa ou indirectamente (por via de “buracos na lei”), permitem que os grandes rendimentos de capital não sejam tributados.

Os governos – ora do PS ora do PSD, que procurou isentar mais dividendos e mais-valias – têm permitido que volumes absolutamente colossais de rendimentos de capital decorrentes de actividade realizada em Portugal não sejam taxados. E se, à partida, até parece que o regime existente excepciona empresas sediadas em *offshores*, rapidamente chegamos à conclusão de que há mecanismos que permitem que os indivíduos que recebem grandes dividendos não só não paguem impostos em Portugal, como não paguem em lado nenhum.

Vejamus um exemplo:

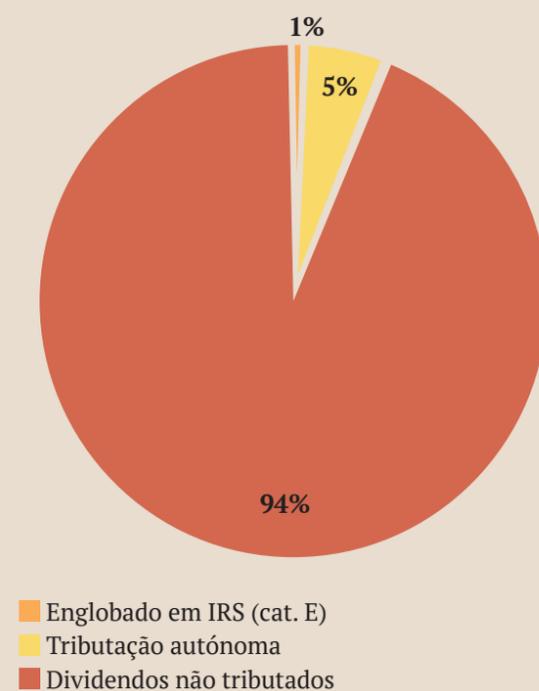
1. A Jerónimo Martins (JM) – o grupo que detém, entre outras empresas, o Pingo Doce – distribuiu 216 milhões de euros em Março de 2020.
2. A Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., principal accionista da JM, recebeu 120 milhões de euros em dividendos.
3. Ora a Soc. Francisco Manuel dos Santos, B.V. está sediada na Holanda. Tem 6 empregados. Como cumpre os critérios da isenção de tributação (tem mais de 10% da JM e a Holanda não é considerado um *offshore*), os 120 milhões de euros não são alvo de tributação em Portugal.
4. A legislação holandesa determina que a Soc. Francisco Manuel dos Santos, B.V., por deter uma parte substancial de uma empresa não-Holandesa (a Portuguesa Jerónimo Martins) não é tributada.
5. Logo, os dividendos distribuídos pela Jerónimo Martins à sua maior accionista não são tributados nem em Portugal, nem na Holanda – nem em sítio nenhum.

A segunda maior accionista da Jerónimo Martins está sediada no Panamá. E o mesmo – ou semelhante – acontece com os maiores grupos económicos em Portugal. Comparando a totalidade de dividendos distribuídos e o montante de dividendos taxados, facilmente percebemos que, ao contrário de salários e pensões, os dividendos não são tributados. Os gráficos seguintes são elucidativos.

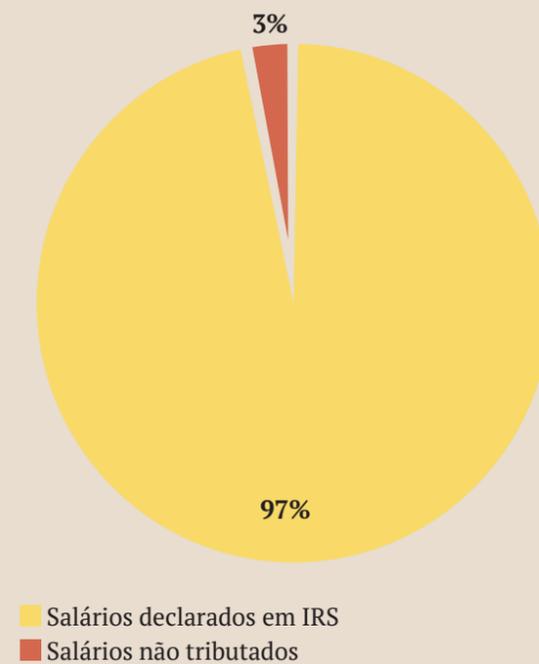
O efeito acumulado de anos e anos desta prática faz com que Portugal seja, segundo estimativas da Comissão Europeia, um dos países com mais riqueza depositada em paraísos fiscais em relação ao seu PIB: os dados mais recentes (2016) mostram que a riqueza portuguesa em *offshore* corresponde a 25% do PIB (47 mil milhões de euros em 2016). E nem durante a crise económica a riqueza em paraísos fiscais diminuiu: pelo contrário, entre 2010 e 2015 esta quase duplicou.

No momento actual, a opção de permitir que empresas com o perfil acima descrito recorram a ajudas públicas é escandaloso. O dinheiro que falta aos trabalhadores, às micro, pequenas e médias empresas, aos trabalhadores independentes (falsos e não só), intermitentes do espec-

Dividendos tributados vs. Dividendos não tributados 2019



Salários tributados vs. Salários não tributados 2019



Fonte: CGTP-IN.

táculo e muitos outros, não falta ao grande capital. Estimativas da CGTP-IN apontam para ajudas às grandes empresas, por via do *layoff*, num valor acima dos 300 milhões de euros ao mês. Um regime de *layoff* ao qual recorreram mais de metade das grandes empresas e ao qual não tiveram acesso mais de 90% das micro e pequenas unidades existentes no país.

Os tempos que se avizinham serão desafiantes. O grande capital, dos dividendos chorudos transferidos para paraísos fiscais, já está a desenvolver uma forte ofensiva para manter e ampliar privilégios, acentuar a exploração e tentar fragilizar os trabalhadores.

São tempos que exigem um forte esclarecimento, unidade e mobilização para a luta organizada dos trabalhadores, pelo aumento geral dos salários, o combate à precariedade e uma real aposta na produção nacional, condições indispensáveis ao desenvolvimento de Portugal.

CAPITALISMO



42% de todos os lay-offs motivados pela pandemia da COVID-19 resultarão em perdas permanentes de postos de trabalho

A covidização do capitalismo

António Santos

Dependendo da idade que quem leia esta crónica, poderemos lembrar-nos de uma, duas, três ou quatro grandes crises económicas mundiais. O capitalismo habituou-nos de tal maneira à sazonalidade da crise, que notícias sobre recessões, quebra dos preços do petróleo ou falências de bancos que o pânico em Wall Street já dificilmente se repercute no nosso pânico. Aprendemos uns a viver de crise em crise e outros em perpétua crise, mas o desastre económico que aí vem, a reboque da COVID-19, difere significativamente das crises anteriores.

O capitalismo conhece três tipos de crises: as cíclicas, que de década em década exigem a destruição da produção excedentária para manter ou recuperar as taxas de lucro; as estruturais, nas quais a crise cíclica só pode ser ultrapassada com uma reorganização do modo de produção capitalista e, finalmente, as sistémicas, que põem em causa a sua própria existência. A crise de 2008, por exemplo, constitui um exemplo paradigmático de uma crise cíclica: após a destruição de milhares de bancos, empresas, fábricas e milhões de postos de trabalho, a economia de casino global reabriu portas com as mesmas regras de antes: nenhuma. Já

a Grande Depressão de 1929 é um bom exemplo de uma crise estrutural: o capitalismo teve de reinventar as suas próprias regras para assegurar a subsistência histórica. Sem a profunda intervenção keynesiana do Estado sobre o modo de produção, a crise estrutural de 1929 teria evoluído para a crise do próprio sistema. A presente recessão económica marcada circunstancialmente pela pandemia enquadra-se no modelo de uma crise estrutural. O capitalismo que aí vem, sendo igual a si próprio, será diferente daquele que conhecemos desde a década de 70.

Um estudo de Nir Jaimovich e Henry Siu chegou a uma conclusão misteriosa: a recuperação económica que se seguiu à crise de 2008 não correspondeu a uma recuperação de postos de trabalho. Um outro estudo, encomendado em 2016 pelos conselheiros económicos do então presidente dos EUA Barack Obama, lançava alguma luz sobre o que se estava a passar: 83% de todos os empregos remunerados com menos de 20 dólares à hora corriam um alto risco de serem substituídos por “máquinas”. Tratava-se de um fenómeno global e histórico de desenvolvimento das forças produtivas. Na China, por exemplo, entre 2013 e 2017, mais de 13 milhões de postos de trabalho industriais foram permanentemente eliminados, pelo avanço da robotização. Pretender deter este com-

boio seria o equivalente contemporâneo dos luditas que, no século XIX, destruíam as máquinas que roubavam o trabalho aos artesãos e minguavam o salário dos operários. Como então, o que se exige não é tentar travar a marcha da técnica e da ciência mas compreendê-la e colocá-la ao serviço do progresso comum.

O apelo da automação da produção é tão antigo como o capitalismo industrial mas, há pelo menos vinte anos, as potencialidades técnicas disponíveis para a robotização não se consomem. Concorre para esta travagem uma certa hesitação do capitalismo global em saltar para um mundo imprevisivelmente diferente do actual. O que fariam os milhares de milhões mais-que-desempregados e, conforme o augúrio de Yuval Harari, «inúteis»? Viveriam de esmolas sociais incondicionais? Revoltar-se-iam? Exigiriam a propriedade das máquinas que tudo geram? O que se chamaria, em termos marxistas, a esses «inúteis» cuja exploração já não é necessária ou a esse sistema em que a mais-valia já não é extraída do trabalho alheio?

Digitalização e automação

É possível que a actual pandemia seja o gatilho histórico para as grandes mudanças que há décadas vinham sendo

travadas. Um estudo da Universidade de Chicago concluiu que 42% de todos os lay-offs motivados pela pandemia da COVID-19 resultarão em perdas permanentes de postos de trabalho. É que uma fatia de leão destes lay-offs corresponde ao sector dos serviços que, hoje em dia, representam 70 por cento do Produto Mundial Bruto. A pandemia criou o ensejo ideal para a digitalização de parte substantiva desses serviços. Essa digitalização não terá volta atrás.

Por digitalização, não me refiro somente à substituição da actividade humana pela inteligência artificial dos algoritmos das apps, mas a toda a substituição do físico pelo digital, que vai do teletrabalho a uma compra online. O confinamento do mundo inteiro constituiu gigantesco ensaio sobre as possibilidades de digitalizar a vida: milhares de milhões de pessoas começaram, por exemplo, a fazer compras pela internet pela primeira vez e continuarão a fazê-lo quando a pandemia terminar. Experimentaram-se consultas médicas e aulas online e investiram-se fortunas fabulosas em apps que podem substituir os trabalhadores confinados.

Por outro lado, a recessão económica e a crise social exacerbadas pela pandemia aplicam um estímulo descendente sobre a contratação. A título de exemplo, os consumidores passam a optar por marcas mais baratas que, invariavelmente, são as que têm menos custos com mão-de-obra, quer seja porque exploram mais os trabalhadores quer seja porque se encontram num estágio de automação mais avançado.

A digitalização que aí vem é o corolário histórico da financeirização da economia pelo capital fictício e monopolista. A digitalização que aí vem abre a porta a níveis nunca antes vistos de automação porque cria as condições técnicas e políticas para o controlo social de milhões de «inúteis» finalmente afastados dos cada vez mais complexos e frágeis circuitos globais de mercadorias por onde se espalhou o coronavírus. Também para o capital produtivo, a automação se torna necessária. Peter Hasenkamp, ex-responsável pela cadeia de abastecimento da Tesla, queixava-se de que são precisas 2500 peças para produzir um automóvel quando basta apenas uma para não o produzir. Só um grau mais avançado de automação responde às vulnerabilidades expostas pela pandemia.

Se for conduzido pelos que hoje detêm o poder político, o processo de digitalização e automação em curso tornará o mundo mais desigual ainda. Se for conduzido pelos de sempre, servirá para melhor controlar e reprimir os que não têm poder, contribuirá para aprofundar a destruição dos recursos naturais do planeta e acelerar as mudanças climáticas que ameaçam a vida na terra.

CINEMA

Não somos reféns

Maria João Pereira

No final do mês de Maio, em comunicado ao Governo, a Associação Portuguesa de Empresas Cinematográficas reivindicou o adiamento da abertura dos cinemas comerciais, integradas no programa de desconfinamento apresentado para os vários sectores da vida social.

A possibilidade de abertura das salas no início de Junho foi descrita como “despropositada e irrealista” já que a APEC entende que “a abertura das salas terá que ocorrer em data em que se preveja a existência a curto prazo de filmes que potencialmente sejam sucessos de bilheteira, de forma a que o esforço e custos de reabertura não sejam imediatamente delapidados pela falta de filmes que agarrem grandes audiências”. Reféns assumidos (sobretudo) da indústria estadunidense, a principal detentora e dinamizadora das salas de cinema do país – a NOS cinemas – acrescenta sem pudor que “reabrir as salas sem novos filmes equivale a ter um supermercado com as prateleiras vazias ou cheias de produtos cujo prazo de validade já passou”.

A postura assumida pela APEC e pela NOS cinemas ilumina uma urgente necessidade de reflexão acerca do espaço que se cria para a já fustigada pelas circunstâncias, indústria de cinema nacional.

Considerando a título de exemplo, que em 2019 o Instituto de Cinema e Audiovisual (ICA) aponta que tenham sido produzidos 77 filmes, 40 dos quais longas-metragens, não se afigura duvidoso que se afirmem as salas como desprovidas de conteúdos de interesse para exibição?

As minas presentes neste caminho parecem evidentes e difíceis de serem evitadas pelo pé dos que o trilham: permeia-se a produção nacional de cinema de uma terrível carga burocrática, inserida num contexto



Ruby, de Mariana Gaivão, 2019

de difícil acesso pela falta de recursos o que conduz inevitavelmente à produção de poucos filmes (quase todos subfinanciados), produzidos por poucas pessoas, e com poucas oportunidades de exibição.

Perante o panorama descrito é particularmente louvável a resistência de algumas salas de cinema que, justamente por se assumirem como resistentes têm consolidado a sua importância para quem ainda preza um amplo acesso à produção cinematográfica. Destacamos no Porto o Cinema Trindade e o Medeia no Teatro do Campo Alegre, e em Lisboa o Cinema Ideal e o Nimas. Com uma insistente negação do estatuto de reféns, estes cinemas garantem o seu público com propostas de cinema de todo o mundo.

E é neste contexto que assistimos alegremente ao anúncio de estreia, a 9 de Julho, de uma junção de 3 curtas-metragens, de 3 realizadoras portuguesas. A estreia está prevista no Cinema Trindade, no Cinema Ideal e em alguns cineclubes espalhados pela amplitude do território do país.

“Três Realizadoras Portuguesas” juntará em sala as propostas de Sofia Bost, Mariana Gaivão e Leonor Teles produzidas pela Pedra no Sapato e pela Primeira Idade, ambas produtoras nacionais.

“Dia de Festa”, realizado por Sofia Bost, mostra-nos uma mãe solteira da classe trabalhadora na margem sul do Tejo que, através da organização de uma modesta festa de aniversário para a sua filha, nos revela as duras arestas da exclusão e da vergonha da pobreza que continuam a marcar as interações sociais das camadas mais desfavorecidas em Portugal.

“Ruby”, realizado por Mariana Gaivão abre uma curiosa porta para o universo real dos hippies britânicos que desde os anos 80 se refugiam no interior de Portugal das políticas neo-liberais impostas no Reino Unido nas últimas décadas. Através da história de duas adolescentes nascidas em Portugal, que procuram hoje o seu lugar no mundo, testemunhamos vidas que se norteiam por um quadro de valores alternativo daquele anunciado como único pela sociedade capitalista.

E por fim “Cães que Ladram aos Pássaros”, realizado por Leonor Teles, que nos expõe, através de alguns fragmentos da vida de uma família portuense numerosa, ao resultado do processo de gentrificação que tem ocorrido na cidade do Porto nos últimos anos, fruto do crescimento da especulação imobiliária e consequente esvaziamento do centro da cidade dos seus habitantes de origem.

Neste corajoso esforço conjunto, que une com cumplidade o trabalho das realizadoras, das produtoras, dos cinemas envolvidos, e do público que, estamos certos que preencherá as várias sessões de exibição, se reitera que ainda não somos totalmente reféns dos interesses que dizem ser nossos mas que na realidade não nos representam.

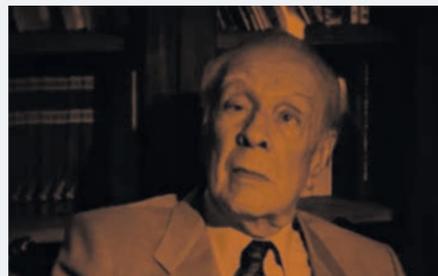
Sugestões culturais

A Liberdade é Uma Luta Constante
Angela Davis



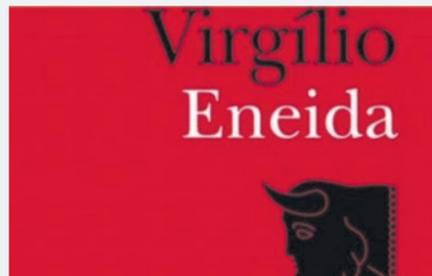
Pela primeira vez publicada em Portugal, neste conjunto de ensaios, entrevistas e discursos, a célebre ativista norte-americana debate a violência de Estado e os movimentos hegemónicos de opressão em vários pontos do mundo, desmontando as estruturas do sistema capitalista (patriarcado, supremacia branca, políticas imperiais), combustíveis na perpetuação da exploração. *Ed. Antígona*

Com Borges
Alberto Manguel



Em 1964, em Buenos Aires, Alberto Manguel - jovem livreiro com apenas 16 anos - foi convidado pelo gigante literário Luis Borges, então cego, para ser seu leitor. Durante quatro anos partilharam leituras, reflexões literárias, simples momentos caseiros e uma curiosidade inesgotável. Manguel, hoje um dos principais bibliófilos do mundo, traz-nos o relato íntimo desses tempos singulares. *Ed. Tinta da China*

Eneida
Virgílio



Depois de um trabalho de tradução que levou a Carlos Ascenso André seis anos, é publicado um dos maiores clássicos latinos, a grande epopeia de Virgílio, narrando as aventuras de Eneias, o ancestral de todos os romanos, numa antevisão da História do Ocidente. O tradutor, mantendo a proximidade ao original, optou pela tradução em verso, “num compromisso... entre qualidade e rigor e uma obra ao alcance do grande público”. *Livros Cotovia*

Amália - Já sei quem és
Carminho | Tiago Albuquerque



“Quando passam 100 anos do nascimento de Amália, Carminho presta homenagem à grande diva do fado. Uma história fascinante, que segue a métrica da poesia do fado, contada em verso. Amália Rodrigues começou a cantar quando era pequena e acabou aclamada como «a voz de Portugal», inspirando ainda hoje muitos cantores por esse mundo fora.” *Nuvem de Letras*

Centenário de *A Catedral*, de Manuel Ribeiro

Manuel Ribeiro e três edições de *A Catedral*

Luís Carvalho, investigador

Foi o grande sucesso literário de 1920, em Portugal. O seu autor era um ferroviário “de ideias bolchevistas” que acabaria o ano como preso político, na cadeia do Limoeiro.

Trata-se de *A Catedral*, primeiro romance do escritor alentejano Manuel Ribeiro, nascido em 1879, na aldeia de Albernoa, concelho de Beja.

Saiu à rua em Maio

O livro começou a ser anunciado ainda em Outubro de 1919 e saiu à rua em Maio de 1920. Coincidiu, portanto, com o pico da militância revolucionária do seu autor: como colunista do diário sindicalista *A Batalha*; como secretário-geral da Federação Maximalista Portuguesa; (embrião do Partido Comunista Português); e como director do semanário “bolchevista” *A Bandeira Vermelha*.

O livro causou espanto precisamente por surgir das mãos de um autor tão “radical”, a mostrar-se admirador e erudito de arte religiosa e a afirmar que a Igreja Católica não era incompatível com ideias socialistas.

Um livro de arte

A Catedral rapidamente atravessou o oceano. Num jornal operário do Rio de Janeiro, *A Voz do Povo*, o escritor anarquista Fábio Luz não deixou de apontar debilidade ao enredo enquanto obra de ficção. Considerou que Manuel Ribeiro, “por vezes esquece que está escrevendo um romance e nos dá extensas e eruditas páginas sobre as origens da música sacra” e “a respeito da organização das ordens religiosas”.

Em Lisboa, no jornal *A Batalha*, o sindicalista Francisco Nogueira de Brito sublinharia precisamente como era “nova nos nossos romancistas esta preocupação de descrever os monumentos de arte religiosa”.

E *A Catedral* é sem dúvida um livro de homenagem à

Sé de Lisboa, enquanto monumento histórico e obra de arte arquitetónica.

Será ainda de apontar que este livro marca a presença portuguesa junto da série de obras de escritores franceses do século XIX que escolheram uma catedral como cenário para um romance: *Notre Dame de Paris*, de Victor Hugo; *O Sonho*, de Emile Zola; e *A Catedral* de Camille Huysmans. Inclui-se aqui também *A Catedral* do espanhol Vicente Blasco Ibañez.

Um livro de revolução

Mas na *Catedral* de Manuel Ribeiro, o que mais cativou o anarquista Fábio Luz foi a sua vertente revolucionária. Para o escritor brasileiro, o “espírito dominante” nesta “obra magnífica” é o “antagonismo das classes sociais, em sua irreconciliável oposição”.

Fábio Luz estava se referindo sobretudo ao 9º capítulo da *Catedral*. Aí, pela voz da personagem de um operário da construção civil, Manuel Ribeiro expõe os princípios de uma variante do anarquismo, o chamado “sindicalismo revolucionário”. Apesar de todo o seu entusiasmo com a Revolução Bolchevique na Rússia, e como muitos outros fundadores do PCP, era ainda o ideário anarquista que inspirava Manuel Ribeiro.

A referência ao marxismo neste romance surge na personagem de um padre progressista. E afirma tão somente que Jesus Cristo “disse melhor nalgumas parábolas o que Karl Marx mal definiu em indigestos tratados”.

Preso político

Cinco meses depois de publicar *A Catedral*, Manuel Ribeiro foi preso. Estava a incomodar com os seus artigos no jornal *A Bandeira Vermelha*, apoiando uma greve de trabalhadores ferroviários e protestando contra a repressão policial. *A Bandeira Vermelha* já tinha sido várias vezes apreendida pelas autoridades. Até que a polícia assaltou a tipografia onde o jornal estava a ser feito. Manuel Ribeiro

foi preso porque ousou protestar contra essa prepotência. Passou três meses nas “masmorras da República”.

Três anos depois ainda foi a julgamento, acusado de ter insultado a polícia, sendo absolvido.

Não foi um caso isolado. Muitos sindicalistas e militantes operários foram presos políticos durante a 1ª República, embora por curtos períodos em comparação com o que aconteceu depois sob a ditadura militar e principalmente sob a ditadura fascista de Salazar. E não se pense que isso aconteceu apenas com “extremistas” anarquistas. Até José Costa Junior chegou a ser preso político em 1916, quando era deputado do moderado Partido Socialista Português.

Afinal, o “antagonismo das classes sociais” atravessa diferentes regimes políticos...

Católico

Muito haveria a dizer sobre o percurso de Manuel Ribeiro. Participou na fundação do PCP e foi um dos seus primeiros porta-vozes. Consagrou-se à literatura e alcançou à época sucesso com vários livros. Expressou cada vez mais admiração pelo idealismo cristão até se converter ao catolicismo. Desiludiu-se com o caminho seguido depois pela Revolução Russa e afastou-se da militância revolucionária.

Mas manteve os seus ideais de justiça social. Já durante a ditadura, além de algumas posições públicas em defesa da democracia, há também notícia de ter voltado a ter ligações ao PCP, na clandestinidade.

Faleceu com 62 anos de idade, em 1941.

N'A Voz do Operário

A Voz do Operário publicou na altura vários poemas de Manuel Ribeiro, de um livro anterior: *Sentido de Viver*, de 1909.

E aqui se assinala o centenário do romance *A Catedral*, como um elo da histórica ligação do movimento operário à defesa da cultura.